

**Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 11**

Data: 06/02/2019 – de 09:30h às 12:00

Local: Ed. PO 700 – Sala de Reunião da Presidência – 3º andar.

Participantes:

Membros do Comitê:

- Marcio Sidney Sousa Cavalcante –Presidente em Exercício;
- Paulo de Barros Lyra Filho – Chefe de Gabinete Substituto;
- Ruy Gomide Barreira - Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Ocileia Fernandes Carneiro -Diretora do Departamento de Saúde Ambiental;
- Carlos Luiz Barroso Junior – Diretor do Departamento de Administração substituto;
- Ana Salett Marques Gulli – Procuradora-Chefe da PFE/Funasa;
- Rafael Ayoroa Ramos – Auditor-Chefe.

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Coordenadora-Geral da Cgpla/Direx substituta;
- Liziane Raquel Moreira – Coordenadora do Empro/Cgpla/Direx;
- Mirza Rachel Cintra e Silva – Servidora do Empro/Cgpla/Direx;
- Rodrigo Adriano Machado Varela – Coordenador do Subcomitê e servidor da Copla/Cgpla/Direx;
- Renan Lange Holdorf – Secretário do Subcomitê e servidor da Copla/Cgpla/Direx.

Servidores Convidados:

- Antonio Carlo Batalini Brandão – servidor da Copae/Desam.

Agentes Externos:

- Carlos Augusto de Melo Ferraz – Secex-MT/TCU.

Pauta:

- Situação atual da elaboração do Relatório de Gestão da Funasa – Exercício 2018.
- Portaria CGU nº 57/2019 – Prorroga prazo para aprovação do Plano de Integridade.
- Desdobramento do Plano Estratégico da FUNASA – Portaria Funasa nº 7.553/2018.

ORDEM DO DIA

O Presidente em Exercício da Funasa, Sr. Márcio Cavalcante, iniciou a reunião, saudando a todos os presentes e apresentou a pauta da reunião, solicitando ao Coordenador que desse continuidade aos trabalhos, lembrando que durante sua interinidade no cargo de Presidente, vinha tratando todos os assuntos com muito cuidado e com muita responsabilidade e que havia a expectativa de que o novo Presidente já tivesse sido empossado para conduzir a reunião.

Em seguida, a Sra. Elizabeth Manes fez uma breve leitura da pauta do dia, informando aos presentes como estaria dividida a reunião e quais integrantes estariam à frente de cada assunto.

O sr. Renan Holdorf apresentou o primeiro item da reunião, que tratou do Plano de Integridade da Funasa. Foi apresentada a Portaria CGU nº 57/2019, que alterou a Portaria CGU nº 1.089/2018 para prorrogar os prazos para instituição das Unidades Gestoras de Integridade e para aprovação dos Planos de Integridade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Foi lembrado que a Funasa já havia publicado, em dezembro de 2018, a portaria que aprovou o Programa de Integridade: Funasa + Íntegra, onde foram apontados os servidores Rodrigo Varela e, Renan Holdorf, como pontos focais para tratar sobre a Integridade e o Comitê de Governança, Riscos e Controles como Unidade Gestora de Integridade (UGI). A nova Portaria reabriu até 29 de março o prazo para publicação dos Planos de Integridade.

Uma vez que os prazos do Relatório de Gestão e do Plano de Integridade serem muito próximos entre si, o Sr. Paulo Lyra questionou se os prazos para conclusão tanto do Relatório de Gestão quanto do Plano de Integridade seriam cumpridos no atual andamento dos trabalhos. O Sr. Renan diz entender que sim, mas sugeriu que seria prudente priorizar o Relatório de Gestão. O Sr. Presidente informa que prefere que se mantenha o prazo para a apresentação do plano de integridade e, em havendo necessidade, poder-se-ia realizar uma prorrogação. Em consonância com os presentes, ficou determinado que a prioridade de elaboração será o Relatório de Gestão 2018 e que o Subcomitê deverá sobrestar as atividades do Plano de Integridade em 15 dias.

O Presidente em exercício, contextualizando, informa que acompanhou junto à Sra. Liziane Moreira a elaboração do Relatório de Gestão e que as informações já estavam adiantadas. Na sequência, informa que alguns capítulos conseguiram avançar, já aqueles demandam uma análise mais crítica, uma contextualização melhor da atuação da Funasa, estão mais atrasados.

A Sra. Elizabeth Manes lembra que o prazo final para apresentação do Relatório de Gestão - 2018 é 30 de março, tendo a última semana de março para lançar no e-Contas. A proposta da CGPLA é fazer uma reunião extraordinária no dia 13 de março para apresentar o documento consolidado ao Comitê para aprovação.

A Sra. Liziane Moreira fez a ressalva de que a elaboração do Relatório de Gestão 2018 é embasado no conteúdo preliminar disponibilizado pelo TCU e que ainda não há acesso ao e-Contas e que pode acontecer que outros conteúdos e outras demandas que não foram apresentadas no conteúdo preliminar possam ser exigidos posteriormente com disponibilização do e-Contas, que deve ser disponibilizado em 28 de fevereiro. Com a disponibilização, deve-se fazer uma análise comparativa verificando o que já foi abordado no conteúdo preliminar e focar no conteúdo adicional.

Dando continuidade, a Sra. Elizabeth Manes apresentou um pequeno relatório sobre o Relatório de Gestão, seu andamento, a metodologia utilizada - a divisão em 4

grupos do modelo sugerido, bem como as ações executadas até aquele momento com as 04 reuniões. O grupo 1 ficou com o tema Governança da Funasa, tendo como interlocutor o Sr. Renan Holdorf, com auxílio da Procuradoria Federal Especializada e da Auditoria Interna. No grupo 2, o tema é Resultado de Gestão, composto pelas áreas finalísticas – Densp e Desam, com apoio da Cgcon e tem como interlocutores os Srs. Rodrigo Varela, Guilherme Carneiro e Ivanildo dos Santos. O Grupo 3, cujo tema é a Conformidade e a Eficiência da Gestão, tem mais envolvimento com a parte de orçamento e é composta pelo Deadm – Cgesp, Cgofi, Cglog e Cgmti -, e tem como interlocutores os Srs. Jesus Corrêa e Walter Januzzi. Já o grupo 4, com tema Demonstrações Contábeis, tem como interlocutoras as Sras Mirza Rachel, Ludmila Almeida e Suzanne Carvalho e o Setor de Contabilidade da Cgofi.

Na sequência, a Sra. Elizabeth Manes relatou o andamento de cada um dos grupos. No grupo 1, deu ênfase aos pontos mais importantes que são os modelos de negócios (assunto muito novo para a Fundação) e a construção de um cenário nacional, construído com base nos resultados. A Cgpla fará uma reunião para definir como esses assuntos serão tratados.

No grupo 2, atinente às áreas finalísticas, a dificuldade está na definição dos objetivos estratégicos, desde a Portaria 917 a quais ações se coadunam os objetivos estratégicos. O Sr. Rodrigo Varela relatou que nessa fase a dificuldade estava na produção da informação e relacioná-los aos objetivos estratégicos.

A Sra. Ana Salett chamou a atenção dos Diretores do Densp e do Desam que o grupo 2 tem como base o resultado da Gestão, sendo o carro chefe do Relatório e merece um empenho diferenciado. A grande demanda da Funasa hoje é mostrar que tem projeto e pode apresentar resultado para a sociedade. Hoje o desafio é este, sendo o papel dos diretores fundamental para mostrar o resultado do que quer que se tenha sido feito pelo Brasil afora.

Em continuidade, a Sra. Liziane Moreira citou a dificuldade da Funasa em analisar as propostas dos convênios. Acredita-se que não será possível demonstrar os resultados das ações da Fundação, mas não se pode deixar de demonstrar o esforço empreendido para se fazer essa análise. É um ponto que deverá ser trabalhado. Como contribuição, o Sr. Carlos Ferraz disse que *“para que a Instituição apresente o resultado sustentável, ela primeiro precisa desenvolver suas capacidades internas de fazê-lo. Talvez não haja expectativa da Funasa realmente mostrar resultado porque ela não tem histórico nem de avaliação dos resultados, mas ela precisa pelo menos mostrar que ela tinha problemas internos e que ela está desenvolvendo suas capacidades internas para que no futuro possa fazê-lo. Lembrou o caso da Nova Zelândia, onde é feito um diagnóstico com pretensão de desenvolver a capacidade organizacional – lá eles medem resultados-, e que existe uma correlação positiva de capacidade organizacional e entrega de resultados de forma sustentável. Talvez seja isso que a Funasa deva fazer”*.

O Presidente em Exercício, Sr. Márcio Cavalcante, na sequência, disse que compreende a linha de pensamento do Sr. Carlos Ferraz, mas que esse processo é dolorido, não é da noite para o dia, mas que devemos mostrar no relatório o que a Funasa tem feito para se reinventar.

Na sequência, o Sr. Carlos Ferraz, em outra contribuição referente à capacidade organizacional, diz que *“a Funasa não tem um indicador semelhante ao utilizado na Nova*

Zelândia, mas tem-se o índice integrado de governança e gestão - IGG¹, que aponta as fragilidades da Funasa, feita por avaliação da própria Instituição. Ele é um indicador de onde se precisa atuação na questão de Governança e pode-se mostrar como a Funasa agiu nessa questão e qual a expectativa que se tem. Será medido novamente este ano e será um indicador de aprimoramento institucional. Ele pode não cobrir todas áreas, mas cobre uma parte substancial. O IGG verifica certas práticas formalmente. Não significa que se tem um Comitê de Ética, que esse comitê funcione ou porque a Instituição tem uma Corregedoria, que essa corregedoria funcione ou ainda, que se tem um Plano Estratégico que ele tenha algum conteúdo significativo. Ele cumpre o papel dele de orientação dos diversos setores, dos servidores em relação aos determinados objetivos. A Funasa, aparentemente na área de TI, olhando seu histórico passado, sugere que se tem várias práticas com movimento formal e a não internalização daquilo que aquelas práticas representam. A Funasa precisará ter algum trabalho para perceber que essas questões que estão em discussão não bastam para o movimento formal. A questão da Integridade, não adianta ter um plano de integridade formal, se não mudar o universo”.

Na sequência, o Sr. Renan Holdorf mostrou o quadro do IGG da Funasa 2017/2018, onde teceu comentários sobre o gráfico de radar com a autoavaliação da Funasa com outros órgãos.

Voltando aos Grupos do Relatório de Gestão, com referência aos grupos 3 e 4, a Sra. Elizabeth Manes informou a dificuldade enorme referente à adesão dos servidores indicados, em participar das reuniões e o atraso no envio dos documentos para comporem o Relatório de Gestão. Finalizando, fez a proposta que se não houver como apresentar a minuta consolidada para aprovação, na reunião do dia 27/02, faremos uma reunião extraordinária no dia 13/03, somente para aprovação da minuta.

Neste sentido, o Sr. Renan Holdorf apresentou outra proposta: que a reunião do dia 13 de março seja para tratar do Plano de Integridade, reforçando o Relatório de Gestão neste momento e mantém-se os demais prazos.

A Sra. Liziane Moreira lembrou neste momento, das informações referentes às TCEs, não instauradas e instauradas. À auditoria interna cabe as instauradas e as não-instauradas à Cgcon. Segundo ela, há uma parte no Relatório de Gestão, que provavelmente virá no e-Contas. A Sra. Ana Salett informa que existe a necessidade de se automatizar essa fase e que, por exemplo, os Prefeitos solicitam o parcelamento dos débitos menores. Entretanto, a regra é não parcelar. Informa ainda que já foi aberta uma demanda para a TI, mas que não se conseguiu o sistema até agora. A recomendação para a Procuradoria é a autarquia não parcelar se não há o controle. Hoje há 37 parcelamentos. Caso alguém queira parcelar, insere-se na Dívida Ativa e aumenta o valor do débito em 15%, pelo sistema da AGU e aí o débito é parcelado.

Em continuidade, a Sra. Liziane Moreira questionou a existência no SIGA de um módulo de prestação de contas. O Sr. Paulo Lyra, informou que esse módulo Siga I, de prestação de contas foi desenvolvido, foi pago, entretanto, não foi homologado pelo setor competente. Falou que outros procedimentos daquela área, como por exemplo boa parte da celebração, já poderiam ser automatizados. Foi solicitado que o Sr. Carlos Barroso fizesse uma apresentação, para o Comitê, demonstrando esse módulo de prestação de contas, tendo sido aceita a solicitação. O Sr. Presidente em exercício ponderou que há a necessidade se conhecer a dificuldade, uma vez que podem haver dificuldades para a implementação do módulo.

¹ O índice integrado de governança e gestão - IGG é apurado com base na autoavaliação dos órgãos e entidades da administração pública durante a realização dos Levantamentos Integrados de Governança Organizacional Pública feitos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

A Sra. Elizabeth Manes informou que já existe uma metodologia para se aprovar automaticamente os convênios, de adesão voluntária por parte do órgão ou entidade. O Sr. Rodrigo Varela explica que se trata de um modelo baseado em riscos, para análise automática de prestação de contas baseado em trilhas de auditoria. Em tese, um convênio que tenha passado pela trilha de auditoria e que não tenha tido nenhuma ressalva em relação à aprovação desse convênio, já é feita uma aprovação automática, sem a necessidade de que um analista de prestação de contas faça a análise detalhada.

O Sr. Paulo Lyra lembra que o Governo Federal tem procurado implementar novas soluções e ferramentas, mas a Funasa não se apropriou delas. Igualmente não se conhece a solução que foi desenvolvida dentro do SIGA para análise de contas. Acrescentou que todos os anos não temos a informação fluida, sistematizada, sendo fundamental que a Funasa enfrente o problema. O Sr. Renan Holdorf lembrou ainda do Modelo de Excelência em Gestão de Transferências Voluntárias, que foi apresentado ao Comitê mas não teve continuidade,² recomendando que o CGRC também precisa se apropriar do procedimento informatizado de análise de prestação de contas previsto na Instrução Normativa Interministerial MPDG/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018³

O Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ayoroa, informou que essa parte de convênio já está disponível, em regra, segundo a inteligência artificial, com um o algoritmo para aprovação. Já a CGU teve uma participação nesse processo, pode disponibilizar treinamento para se fazer a interface. Como um caso de sucesso, o FNDE teve um número elevado de prestações de contas de convênios tacitamente aprovados com base nessa ferramenta.

Fechando a explanação da Sra. Elizabeth Manes, foi apresentada o modelo da arte que comporá o Relatório de Gestão, as fotos dos gestores, que foi aprovada.

Dando continuidade à pauta, o Sr. Renan, apresentou um modelo de questionário de Clima Organizacional voltado para Integridade, objeto de deliberação anterior, orientado pelo Sr. Carlos Ferraz do TCU sobre a necessidade de se avaliar a Instituição hoje e que será encaminhado com apoio da Coesc, para todos os servidores e colaboradores da Funasa. O questionário foi demonstrado aos membros, que informaram sobre a necessidade de verificação posterior dos quesitos. Após a análise por parte dos membros, o mesmo será validado por meio digital, ficando pendente tal deliberação.

Na sequência foram apresentados os três modelos de logomarca do programa de Integridade da Funasa. No Subcomitê, o modelo aprovado foi o número 2.

A Sra. Liziane Moreira foi convidada para apresentar aspectos do Planejamento Estratégico da Funasa. Foi realizado um histórico do Planejamento Estratégico desde 2016, com foco na Portaria Funasa nº 7.553/18, fruto do trabalho da Consultoria FIA com colaboração dos servidores da Funasa e chancelado pelo Comitê, que alterou o referencial estratégico da instituição. Foi dado o enfoque aos objetivos estratégicos, as perspectivas estratégicas e nos referenciais. Lembrou que na última década, a Instituição não planejou e em consequência disso passa atualmente por problemas graves. Falou sobre o Plano Diretor de Saneamento e Saúde Ambiental, Apoio a Gestão Municipal, PDTI e o seu Comitê Gestor e Plano Diretor de Aquisições e Contratações.

² O Modelo de Excelência em Gestão de Transferências Voluntárias foi apresentado na reunião 2 do CGRC em 16 de maio de 2018, e não foi dado provimento após apresentação da equipe da DETRV/SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

³ A Instrução Normativa Interministerial MPDG/MF/CGU nº 5/2018 estabelece parâmetros para adoção do procedimento informatizado de análise de prestação de contas baseado no modelo preditivo supervisionado.

A Sra. Ana Salett lembrou que houve, durante um período, a tentativa de se planejar, visto que naquela Gestão, o Presidente utilizava-se do MS Project para consecução das demandas, mas que recentemente, tal sistemática não estava mais sendo utilizada.

O Sr. Carlos, Ferraz fez uma pequena explanação sobre o Cynefin – que é um método que ajuda os líderes a compreenderem o ambiente organizacional onde estão inseridos, e com base nisso, tomar as decisões mais apropriadas. Trazendo esse modelo para a Funasa, “às vezes necessitamos tomar coragem, tomar decisões que são práticas, que não são aquelas que a gente sabe como vai fazer, temos que inventar a prática, inventar o caminho para dar uma resposta”. Veja, pelo prazo que a Funasa tem, será que esse é o caminho que vocês têm para resolver os problemas de vocês? Vocês têm tempo para isso? Talvez vocês tenham que cortar na carne, que medida tomar, quais ações eu tenha que tomar hoje, para que hoje eu tenha condições de dar uma resposta de curto prazo, para que sair da situação de caos, para que eu tenha condições de ressignificação de planejamento e começar a pensar a longo prazo. Essa recomendação não é minha, mas dos “caras” que estão escrevendo esse método. O que a Funasa pode ser além do que já foi? O que pode ser feito? O que tem sido entregue pela Funasa afinal?

Foi sugerido um encontro com o Secretário Especial de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Marcos Araújo Mortoni Silva, que talvez seja uma pessoa que se valesse apenas conversar para discutir o problema dos pequenos municípios, o problema de transferir recursos para os municípios e porque isso poderia ser uma má ideia. Vocês têm que conversar com ele para mostrar o que é relevante. Tomei a liberdade de fazer uma ponte para que vocês possam discutir isso. A Funasa precisa ter uma atuação mais articulada, mais rápida, apresentar um plano estratégico. Vocês precisam de uma ação rápida, urgente para que se tenha mais condições de sobrevivência, para sair do caos. Veja o país tem necessidade de um serviço que só a Funasa tem para ofertar. Vocês precisam entender o ambiente para agir”.

Em sequência, foi deliberado sobre os Planos Diretores e o Presidente em Exercício acatou que deva ser continuado.

Ficou definido como encaminhamento, que se formalizará um memorando circular que será submetido às áreas para análise dos Planos Diretores e sobre os prazos.

O Presidente em Exercício agradeceu a presença de todos, pontuou que foi uma reunião extremamente proveitosa. O Sr. Carlos agradeceu ao convite para participar da reunião. Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada.

Encaminhamentos:

Para a próxima reunião, a ocorrer em 27 de fevereiro de 2019:

- Apresentação do Relatório de Gestão – 2019 para aprovação final (caso seja concluído) ou para validação do documento preliminar e convocação de Reunião Extraordinária para 13 de março de 2017 para aprovação final (caso documento esteja em elaboração);
- SubCGRC deverá sobrestar as atividades do Plano de Integridade em 15 dias e elaborar o capítulo de Governança do Relatório de Gestão – 2019.
- O Diretor de Administração deverá apresentar ao CGRC o módulo de prestação de contas dos instrumentos de transferências desenvolvido no SIGA;
-

- Será elaborado Memorando Circular para análise e definição dos prazos dos Planos Diretores previstos na Portaria nº 7.553/18, que aprova o Plano Estratégico da Funasa;